



# neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade ♦ Instituto de Ciências Sociais ♦ U.M. ♦ Guimarães ♦ nº 15 ♦ Setembro de 2000

S  
U  
M  
Á  
R  
I  
O

## EDITORIAL

### Navegações

♦ Antero Ferreira

## FALANDO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦ Maria Norberta Amorim

## INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

### Antonieta Costa

♦ Elisabete Pinto

## APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO: *A Democracia Social*

♦ Antonieta Costa

## APONTAMENTOS *A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950*

♦ Maria Luiza Marcílio

## BIBLIOGRAFIA DO NEPS

## NOTÍCIAS

- II Jornadas do Neps  
“Turismo Cultural  
Recursos e Desafios”
- Plano de Actividades do  
Neps para 2000
- Biblioteca do Neps
- Teses defendidas

## EDITORIAL

Antero Ferreira

### Navegações

Há tempos escrevi um pequeno texto nestas páginas em que procurava salientar as vantagens que a utilização da Internet tem para um grupo como o nosso, tão disperso geograficamente e composto por pessoas de origem tão diversa. Nunca pensei que aquelas breves indicações pudessem ter um reflexo tão importante na organização do nosso núcleo, mas enganei-me... Não é que recebo em casa um email (uma mensagem electrónica, vejamos lá) a dizer que

tenho de escrever o editorial do boletim. Já viram as voltas que o mundo dá! Andasse para aqui, cheio de boas intenções, a apregoar as virtudes da “sociedade da informação” - onde é que eu já ouvi isto - e na primeira oportunidade a dita “sociedade” prega-nos uma destas...

Desta vez pensei partilhar convosco algumas expe-

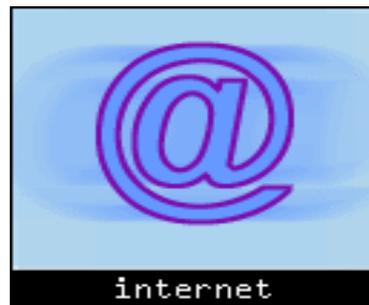
riências das minhas viagens na internet. Está hoje generalizada a ideia de que a internet «é muito útil», que «tem muita informação...». Nada mais acertado! Mas muitas vezes os resultados que obtemos nas nossas pesquisas são frustrantes. Rapidamente chegamos à conclusão que a informação que

pretendemos até pode estar na internet, nós é que não sabemos como encontrá-la.

Há, contudo, alguns procedimentos que podemos seguir e que aumentarão

as nossas possibilidades de sucesso.

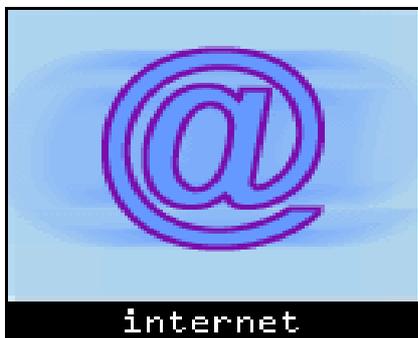
Em primeiro lugar existem ferramentas de pesquisa muito poderosas. Pessoalmente prefiro o Altavista ([www.altavista.com](http://www.altavista.com)) e o Google ([www.google.com](http://www.google.com)). O funcionamento destes motores de pesquisa é muito semelhante: escreve-se uma ou



## Navegações

mais palavras que queremos procurar, pressiona-se um botão e obtemos uma lista das páginas encontradas, com um pequeno resumo do seu conteúdo. O Google é mais exacto quando introduzimos uma pesquisa concreta (por exemplo: à pesquisa “guimarães” corresponde a página da Câmara Municipal de Guimarães em primeiro lugar), o Altavista é mais flexível (por exemplo: “guimarães universidade” teria como resultado em primeiro lugar todas as páginas em que existisse ao mesmo tempo *guimarães* e *universidade*, mas para a palavra “guimarães” encontraria em primeiro lugar uma fábrica de frigoríficos brasileira). Actualmente utilizo mais o Google. É muito rápido, muito eficaz nas pesquisas e não tem tanta publicidade. Tem ainda uma característica muito interessante que é a de poder apresentar os resultados numa lista de 100 links em vez dos 10 habituais. Com estas ferramentas já conseguimos óptimos resultados nas nossas pesquisas. Experimentem!

Um outro caminho são os directórios como o Yahoo ([www.yahoo.com](http://www.yahoo.com)) ou o português Sapo ([www.sapo.pt](http://www.sapo.pt)) que combina também funções de motor de busca. Estas ferramentas são mais úteis quando pretendemos pesquisar



uma determinada temática. Se pretendessemos encontrar a partir do Yahoo recursos na web sobre genealogia, seleccionávamos a secção *Arts & Humanities, Humanities, History, Genealogy*, e aqui tínhamos um vasto conjunto de material para analisar. Pareceu-me muito interessante, por exemplo, o “World Genealogy Web Project”, criado em 1996 por Dale Schneider num esforço para responder às crescentes necessidades dos genealogistas de todo o mundo que fazem as suas pesquisas na internet. A sua ideia original era a de ter todos os países do mundo representados por uma página da web, mantida por investigadores que vivessem no seu próprio país ou estivessem familiarizados com os seus recursos. A página correspondente a Portugal (<http://mediterraneangenweb.org/portugal/>) está praticamente vazia, exceptuando a honrosa excepção dos Açores mantida por Kathy Cardoza.

Mas há muitos outros caminhos a percorrer. Se repararem muitas das páginas que visitamos contêm ligações (*links*) para outras páginas, em regra sobre a mesma temática. Por vezes há páginas que são unicamente colecções de links, em regra organizados tematicamente - são verdadeiros tesouros!

Vou indicar-vos uma, portuguesa, que brevemente deixará de estar acessível, chama-se “[Lug@res](mailto:Lug@res)” ([www.interacesso.pt/lugares](http://www.interacesso.pt/lugares)) e é mantida por Rui Bebiano, investigador da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Recomendo-vos vivamente!

Para terminar estas sugestões gostaria de deixar-vos algumas ligações para revistas electrónicas. Existem para todos os gostos e para todas as temáticas e muitas delas em português. É um novo caminho que se abre - até, quem sabe, para o nosso boletim - pois a edição electrónica é muito barata e o público é imenso (por curiosidade a palavra Google que atrás usávamos “vem de «gogol», um termo inventado pelo matemático norte-americano Edward Kasner que significa 10 elevado à potência 100, o que simboliza a imensidão do que é a Web” in *Expresso*, 14/10/2000). Na página [Lug@res](mailto:Lug@res) encontram ligações para várias destas revistas. O próprio Rui Bebiano colabora na revista NON ([zonanon.com](http://zonanon.com)), interessante é também a CiberKiosk ([www.ciberkiosk.pt](http://www.ciberkiosk.pt)). Mas não é necessário dar mais indicações. Está na hora de navegar e descobrir...

PS. Queremos iniciar no próximo número uma pequena coluna com links úteis e interessantes, pelo que agradecemos o envio dos vossos contributos para [neps@eng.uminho.pt](mailto:neps@eng.uminho.pt).

O fenómeno moda afecta o nosso quotidiano de forma quase incontornável. Não são só as cores ou os cortes do vestuário ou dos cabelos, o tipo ou decoração das habitações, os modelos dos automóveis, mesmos os nomes que damos aos nossos filhos reflectem gostos do momento.

As comunidades que reconstituímos na longa duração dão-nos possibilidade de observar a evolução do comportamento no que respeita ao *nome de pia* das crianças registadas. Achamos particularmente curioso o caso da freguesia das Ribeiras, uma freguesia do Sul da Ilha do Pico, comunidade supostamente afastada dos centros da moda.

De facto, desde o século XVII à contemporaneidade assistimos nessa comunidade a uma faseada evolução, bem marcada, tanto no que respeita aos nomes de baptismo do sexo masculino como do

sexo feminino. As mudanças mais significativas têm possivelmente a ver com a maior abertura da freguesia ao mundo exterior, situação a que se viria a aliar o efeito da transição demográfica. Como acontece com as outras paróquias da ilha do Pico a população cresceu nas Ribeiras ininterruptamente do século XVII à década de 1840. A partir dessa década a emigração massiva para o Brasil e depois para os Estados Unidos da América faria regredir o número de habitantes durante o século que se seguiria. Uma certa recomposição de meados do século XX ver-se-ia logo comprometida

com os efeitos do controlo da natalidade e com novo surto emigratório para os Estados Unidos, Canadá, além de outros destinos regionais e nacionais.

Se observarmos globalmente o primeiro nome atribuído às crianças do sexo masculino ao longo dos trezentos anos de observação, encontramos para o sexo masculino 208 nomes em 6881 casos, o que daria, em média, 33 crianças a usar o mesmo nome. No sexo feminino, com opções mais diversificadas, a média correspondente é de 19 (340 nomes para 6416 crianças).

Se dividirmos a observação em três grandes períodos, antes

observados para o sexo masculino, encontramos 130 nomes, com a média de 6 crianças a usar o mesmo nome (considerando sempre apenas o primeiro nome e não os nomes compostos). No sexo feminino, em 651 casos encontramos 202 nomes, com a média de 3 crianças a usar o mesmo nome.

No entanto, à parte o seu efeito comparativo, as médias não se revestem na circunstância de grande significado, dado o fenómeno de concentração/dispersão. Alguns nomes são particularmente escolhidos, enquanto outros surgem esporadicamente.



Para o primeiro período, antes de 1840, considerando primeiro o sexo masculino, 83% dos casos são preenchidos apenas por cinco nomes: Manuel (33%); António (16%), José (16%); Francisco (11%) e João (8%). No segundo período, entre 1840 e 1939, a concentração foi ainda

de 1840, de 1840 a 1939 e de 1840 em diante, encontramos situações muito diferenciadas. Antes de 1840 os nomes de baptismo escolhidos para os rapazes foram apenas 66, num total de 3263 crianças baptizadas, o que dá a média de 49 crianças a usar o mesmo nome. Para as raparigas a média encontrada foi de 40 (78 nomes para 3084 crianças). No período seguinte, entre 1840 e 1939, encontramos 94 primeiros nomes masculinos em 2764 casos e 207 nomes femininos em 2530 casos, o que dá, respectivamente, as médias de 29 e 12. No último período, de 1940 em diante, nos 738 casos

maior, com os mesmos cinco nomes a preencher 88% das opções. No entanto, os nomes de António e Francisco passam a ser menos escolhidos, com 10% e 9% dos casos, respectivamente, subindo a preferência por João (10%) e principalmente por José (22%) e por Manuel (37%). No último período, de 1940 em diante, os nomes referidos não chegam a preencher metade das opções (49%). O nome de Manuel é escolhido em 21% dos casos, José em 14%, António em 6%, João em 5% e Francisco em 2%.

Os quinze nomes mais escolhidos, por ordem de preferên-

cia, além de Manuel, José, António; Francisco e João, foram, no primeiro período, os de Matias, Pedro, Mateus, Domingos, Sebastião, André, Vitorino, Caetano, Tomé, Bartolomeu, Amaro, Lourenço, Tomás, Jorge e Luís. No segundo período a tendência foi para Matias, Domingos, Joaquim, Guilherme, Tomé, Leonel, Augusto, Eduardo, Fernando, Jorge, Luís, Arnaldo, Henrique, Sebastião e Ermelindo. No último período o nome de Francisco aparece como oitava opção, precedido do de Carlos e Fernando. Os nomes a seguir escolhidos foram Mário, Rui, Paulo, Eduardo, Luís, Marco, Jorge, Nelson, Márcio, Helder e Norberto, seguindo-se Guilherme, Roberto, Sérgio, Artur e Ricardo, todos com a mesma ordem de preferência.

Se considerarmos o sexo feminino, para o período anterior a 1840, são seis os nomes que mais sobressaem, englobando 71% das opções. O nome de Maria aparece em 37% dos casos, Isabel em 12%, Ana e Bárbara (Santa Bárbara era a santa padroeira) são escolhidos, cada um, em 7% dos casos, Rosa em 5% e Catarina em 3%.

No período seguinte, de 1840 a 1939, concentram-se as opções no nome de Maria, que aparece com 50% das opções, ao que não é alheio o hábito que se introduz de usar nomes compostos sendo o primeiro o de Maria. O nome de Isabel mantém ainda uma posição privilegiada, em 8% dos casos, Rosa coloca-se nos 5%, mas tanto Ana como Catarina não sobem além dos 2% e Bárbara queda-se no 1%.

De 1940 em diante o fenómeno de concentração esbate-se ainda mais. O nome de Maria é usado como primeiro nome em 33% dos casos, mas não encontramos o nome de Bárbara, ape-

nas encontramos duas Catarinas e quatro crianças com o nome de Isabel, subindo a preferência por Ana que aparece então com 4% das opções, mantendo-se o nome de Rosa nos 5%.

Os catorze nomes mais escolhidos no primeiro período, além dos de Maria, Isabel, Ana, Bárbara, Rosa e Catarina, foram, por ordem de preferência, os de Teresa, Josefa, Joana, Luzia, Clara, Águeda, Francisca, Rita, Rosalina, Antónia, Quitéria, Domingas, Mariana e Grácia ou Engrácia. No segundo período, depois de Maria, Isabel, Rosa e Ana, encontramos o nome de Rosalina e só depois o de Bárbara, seguindo-se Rita, Adelaide, Júlia, Emília, Francisca, Filomena, Josefa, Amélia, Luísa, Teresa, Inácia, Carolina, Ermelinda e Emerenciana. No último período, depois de Maria e Ana, os primeiros nomes mais usados foram os de Fernanda, Rosa, Lina, Margarida, Humberta, Eduarda, Carla, Sandra, Teresa, Deodete, Fátima, Nélia, Orlanda, Sónia, Regina, Lúcia, Isabel, Lídia e Luísa, aparecendo os três últimos nomes na mesma ordem de preferência.

Mais significativa será a observação do nome atribuído por cada casal ao primeiro filho que nasce de um e outro sexo, conforme os períodos em análise.

No primeiro período, dos 842 primeiros filhos do sexo masculino observados, 52% tiveram o nome de Manuel, 12% o de António, 11% o de José, 8% o de Francisco e 4% o de João, preenchendo os cinco nomes 88% das opções, do total de 34 nomes escolhidos.

A tendência para que o primeiro filho tivesse o nome de Manuel vinca-se ainda mais no período seguinte. De facto, en-

tre 1840 e 1939, em 77% dos casos o primeiro filho varão nascido em cada casal teve o nome de Manuel. O nome de José manteve a mesma percentagem de 11%, o nome de Francisco colocou-se nos 3% e os nomes de António e João regrediram, um e outro para 2%. Outros 28 nomes preencheram os restantes 4%.

No último período os nomes mais escolhidos foram Manuel (28%); José (8%), João (4%), Carlos (4%) e Rui (3%), não chegando no seu conjunto a preencher mais de 47% das opções. A dispersão afirma-se, encontrando-se para os 303 casos observados 82 nomes diferentes.

No que respeita ao sexo feminino, no primeiro período, em 61% dos casos a primeira filha de cada casal recebeu o nome de Maria. O nome de Isabel foi escolhido em 7% dos casos, o de Ana em 5%, o de Bárbara em 4% e o de Catarina em 2%, preenchendo no seu conjunto 79% dos casos. Os restantes 21% dispersam-se por mais 41 nomes.

No segundo período, encontramos em 86% de casos o nome de Maria como primeiro nome atribuído à primeira filha a nascer. O nome que se segue como mais escolhido é o de Isabel, mas não ultrapassa 1 em cada cem. Os 13% restantes dispersam-se por 55 nomes diferentes.

No último período em 40% dos casos a primeira filha de cada casal teve o nome de Maria. O segundo nome mais usado foi o de Ana, em 4% dos casos. O leque de opções mostrava-se muito alargado e encontramos 88 nomes diferentes preenchendo 56% das opções. Repare-se, no entanto, que nenhuma filha primogénita se chamou então Bárbara ou Catarina e apenas uma se chamou Isabel. A moda impõe-se à tradição. •

**NOME:** *Maria Antonieta Mendes do Couto Costa*

**IDADE:** *63 anos*

**NATURALIDADE:** *S. Pedro - Angra do Heroísmo*

**RESIDÊNCIA:** *Angra do Heroísmo*

**ACTIVIDADE PROFISSIONAL:** *Técnica Superior Principal da Direcção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores*

## **Investigadora multifacetada**

Quem conversa com Maria Antonieta Costa depressa se apercebe que os seus interesses gravitam em torno da investigação científica, da arte e do desporto. Predilecções bem distintas e difíceis de articular, embora uma gestão eficaz do tempo e dos compromissos possibilitem uma sintonia harmoniosa entre elas.

Actualmente, a investigadora desenvolve funções como Técnica Superior Principal da Direcção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, sendo responsável pela direcção da Casa da Cultura, em Angra do Heroísmo.

A par dessa actividade, Maria Antonieta Costa está a desenvolver um trabalho de pós-doutoramento sobre uma comunidade de Santa Cruz, nos Açores, onde encontrou um modelo de sociedade democrática “quase utópico”. Embora o levantamento e cruzamento de fontes ainda esteja a decorrer, a investigadora mostra-se “fascinada” com as características únicas evidenciadas naquela zona da Ilha Terceira. Talvez por imposição do meio ambiente, Maria Antonieta Costa refere que se verifica no aglomerado populacional uma “falta de diferenciação social”. Isolados das outras comunidades por barreiras naturais, os habitantes de Santa Cruz, pre-

dominantemente pescadores, até aos anos cinquenta conservaram uma vivência “utopicamente democrática”. Aliás, na pesquisa que está a efectuar, a investigadora constata que a comunidade “tinha uma atitude perante a vida muito positivista, no sentido de conseguir o máximo aproveitamento possível dos meios que dispunha, só assim conseguia alcançar o seu objectivo”. A recolha documental e a interpretação dos testemunhos orais obtidos durante o contacto estabelecido directamente com a comunidade têm demonstrado que “todos possuíam terra” e, apesar de serem “diferentes, tinham em comum a capacidade de apresentar soluções colectivas para grandes problemas”, o que poderá significar que, afinal, “o modelo de utopia pode ser realizável”.

A pesquisa que agora está a ser desencadeada por Maria Antonieta Costa resulta de um outro trabalho realizado no âmbito do percurso científico que possibilitou a obtenção do grau de Doutoramento em Psicologia Social, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa. A tese apresentada pela investigadora versava justamente sobre a temática das Confrarias do Espírito Santo. No trabalho, a autora tentou analisar o comportamento dos membros de diferentes

instituições e verificou a existência de uma certa “igualdade” e a ausência de “hierarquização” no funcionamento destas corporações.

Dado que é licenciada em Psicologia Social, Maria Antonieta Costa não esconde que gosta de acompanhar o comportamento do homem em sociedade, as continuidades e descontinuidades da sua vivência em grupo e a maneira como se consegue afirmar. Pela experiência colhida, adverte, “o homem inserido numa estrutura social muito dominante não realiza os seus ideais”.

Sem olhar a esforços no desenvolvimento da investigação, Maria Antonieta Costa tenta conciliar a pesquisa científica com a predilecção pela expressão artística. Gosta de desenhar e pintar, sobretudo “os olhos” tal como são. Por isso, nunca tenta captar “as emoções”. Os seus interesses estendem-se também à dança, pois já foi bailarina profissional, e ao desporto, nomeadamente, o golfe, modalidade que lhe concedeu o título de campeã.

Envolvida em actividades tão multifacetadas, a investigadora consegue trilhar novos desafios, tendo como triunfo o enriquecimento interior e o reconhecimento colectivo. •

## A Democracia Social

O ideal de **igualdade social** que persegue a humanidade através dos séculos, bem como as incapacidades que têm sido alegadas, como desculpa para a sua não concretização, têm sido o ponto fulcral das atenções do meu trabalho científico, desde 1990. Concretamente, tenho procurado as bases em que se sustenta o paradoxo **afirmação/negação** que condiciona o entendimento da igualdade social. Dediquei-me ao que Derrida chamaria a “desconstrução” desse binómio, congregando provas científicas que atestem o lado da afirmação, mas procurando também as explicações da negação.

Na minha tese de doutoramento fiz um investimento a longo prazo no levantamento de situações práticas que confirmem o funcionamento eficiente e eficaz de grupos sociais organizados sob a perspectiva da **igualdade social**. Procurei também o suporte científico deste comportamento no trabalho de Claude

Faucheux e Serge Moscovici (1967) realizaram sobre *influência social*, assim como no dos cientistas que depois desenvolveram esse campo de estudo. A conclusão, em termos teóricos, ou seja, baseada nos resultados de trabalho de laboratório, aponta para a possibilidade de existir, de facto, no processo de construção da realidade social (no definir das verdades) uma distribuição muito equitativa de competências, a todos os níveis sociais. Ou seja, a atribuição de sentidos e valores às coisas, é produzida por todos os sectores sociais, sem distinção, embora tenhamos a tendência de pensar que apenas os topos das hierarquias, os *opinion leaders* e semelhantes, orientam a mudança. A ordem não vem de baixo, nem de cima, mas surge um pouco de todos os lados, como diz Moscovici (1967).

Esta constatação teórica coloca um grande peso no lado da “afirmação” da igualdade social. Porém, o que acontece com os sistemas de poder estabelecidos, no sentido de reforçar a “negação”, é que esta igualdade na distribuição de influências é camuflada por sofismas como os da “incapacidade das massas para dirigir”, ou o de rotulá-las de “ignorância do povo”, ou ainda a da complexidade das sociedades modernas, e o perigo que existe em se confiar assim, a esses sistemas equalitários, a sobrevivência de uma organização, de um estado, ou o destino de toda a humanidade...

Este modo de pensar, proveniente de estruturas arcaicas de interpretação do mundo, de representações sociais do poder extremamente resistentes a informação contrária (como são todas as representações sociais) e

respondendo a necessidades pessoais de meios de afirmação, tem a propriedade de auto alimentar-se, reproduzindo consecutivamente novas formas de deturpação da realidade e perpetuando assim o erro no qual a humanidade pode permanentemente prosseguir, não obstante a comprovação em contrário.

Estando em jogo a necessidade de uma ruptura de paradigmas, processo doloroso, confuso e extremamente emotivo, poderá pensar-se que a opção por outro sistema conceptual possa nunca vir a acontecer, especialmente se para tal for necessário o recurso e mobilização de vastos meios de comunicação e informação, dependentes de poderes que não cederão facilmente a sua hegemonia.

Este erro contribui ainda para condicionar o acesso à tarefa de decisão, de grandes números populacionais, promovendo a sua exclusão ou acesso aos assuntos que afectam a sua segurança e sobrevivência, servindo, por outro lado, os interesses de apenas alguns.

A aceitação de um novo paradigma, o *Paradigma Genético*, como Moscovici lhe chama (1971) estará assim dependente do trabalho isolado e aparentemente inócuo, porque individual, de uns tantos, na recolha de argumentos e na apresentação de provas, como formas de persuasão que permitam, um dia, inverter esta lógica. É a este trabalho que me tenho dedicado recentemente, utilizando para tal o exemplo empírico das Irmandades do Espírito Santo.

Uma síntese da tese de doutoramento, editada pela Rei dos Livros (Lisboa) e pela Direcção Regional da Cultura dos Açores, em 1999, sob o título O Poder e



## A Democracia Social

as Irmandades do Espírito Santo, descreve os processos e estratégias utilizados por aquelas entidades (estudei apenas a Ilha Terceira) no desenvolvimento de uma gestão horizontal, isto é, sem hierarquias, onde o poder (a capacidade de realizar o culto, sem restrições de carácter ideológico ou outras) está distribuído de modo equalitário por todos os membros, não existindo o recurso a nenhuma outra estrutura centralizadora ou orientadora.

A observação desta prática revelou que o sistema de valores do Culto se manteve ao longo dos seus cinco séculos de existência, expressando-se quer nas práticas concretas, quer nos símbolos a elas afectos, do mesmo modo como é referido nos documentos históricos iniciais.

Esta comprovação da eficiência e eficácia da gestão horizontal, apresentada em paralelo com o fundamento teórico da influência social (Moscovici) porém, não causou grande impacto, quer na opinião pública, quer na comunidade académica. De tal forma é forte a representação social do poder e da funcionalidade das suas estruturas que, o facto de aparecerem provas a contradizer esse “dado adquirido” como é o de que “as massas populares não possuem capacidade organizativa”, não a demove. Pelo contrário, parece bloquear a capacidade de raciocínio das pessoas, que apresentam em contraposição a desculpa de que se trata de uma organização religiosa, que provavelmente poderá recolher sinergias em áreas especiais, não reproduzíveis noutros contextos sociais. Ou seja, é retirado o carácter universalista desta experiência social. E isto não obstante a con-

cretização do ideal de igualdade social se objectivar precisamente numa área (a do religioso/católico) onde o poder de definição da verdade é extremamente hierarquizado.

Este facto, só por si, já deveria ter alertado a comunidade científica para a possível distorção da percepção no que se refere ao processo de construção social da realidade. Tal não aconteceu, porém.

Recentemente, no entanto, fui convidada pelo NEPS para estudar uma comunidade açoriana da Ilha do Pico onde o fenómeno da estrutura horizontal, equalitária, pode ter sido extrapolado para o social, permanecendo desde o início do povoamento até há cerca de trinta anos. Numa análise preliminar, baseada em entrevistas semi-estruturadas, realizadas a pessoas com mais de 50 anos, para tentar encontrar indicadores da “sociedade estabelecida nos moldes tradicionais”, estes parecem estar ausentes, o que vem contribuir para a possibilidade de a hipótese poder ser confirmada.

As categorias criadas para detectar os modos de pensar da sociedade tradicional não encontraram referentes. A investigação está ainda muito no início, pois estou à procura de parceiros académicos para repartir a tarefa da análise de dados (e tentar defender-me, tanto quanto possível, de subjectividades). A julgar pelos dados já trabalhados, no entanto, podemos já inferir que este estudo irá, muito possivelmente, reforçar os resultados obtidos na investigação das Irmandades do Espírito Santo, e colocar em destaque as possibilidades da estrutura social.

Nessa altura o conflito interno, resultante da inconsistência cognitiva, forçará a destruição da estrutura conceptual do poder, aproximando-a do pólo oposto: o da igualdade social.

Para este final muito irá contribuir a actual candidatura (cuja primeira fase já foi entregue à UNESCO) apresentada por Portugal requisitando a classificação do Culto do Espírito Santo na categoria de Património Oral e Intangível da Humanidade, cuja coordenação me foi entregue pelo Governo Regional dos Açores.

Do mesmo modo irá contribuir para a divulgação do “paradigma genético” que as Irmandades utilizam o convite que me foi dirigido pela Universidade dos Açores para leccionar um seminário de pós-graduação sobre Cultura Imaterial, assim como a orientação de investigação cultural na disciplina de Antropologia, já com início no ano lectivo 2000/2001. •



## A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950

### INTRODUÇÃO

A Roda de Expostos foi uma das Instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período Imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil, o último país a abolir a chaga da Escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da Roda dos enjeitados.

Mas essa instituição cumpriu importante papel. Quase por século e meio a Roda de Expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. É bem verdade, que na época colonial as Municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, esta assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As Câmaras que ampararam seus expostos, limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças.

O sistema de Rodas de Expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a le-

var o bebê que não desejava, para a Roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas.

A Roda de Expostos, como assistência caritativa era, pois missionária. primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o Batismo, salvando a alma da criança. A menos que trouxesse consigo um escritinho - fato muito corrente - que informava à Rodeira de que o bebê já estava batizado. Mas se os responsáveis da instituição tivessem qualquer dúvida sobre a validade desse batismo, baptizavam de novo - **sub conditionem**, como mandavam as melhores leis do Direito canônico.

Em Portugal, as Rodas de Expostos foram instaladas pela primeira vez, igualmente na Idade Média, em seus últimos momentos. Seguiram elas os modelos criados na Itália, pelos quais instalaram a primeira Roda em Lisboa, nos muros do Hospital Geral de Todos os Santos. Desta forma, quando se iniciou a colonização do Brasil, Portugal já conhecia e havia estruturado sua Roda de enjeitados. Todo Império Ultramarino acabou adotando, bem mais tarde, a mesma instituição, em algumas de suas principais cidades, copiando sempre o modelo da Roda de Lisboa, administrada pela Santa Casa de Misericórdia e com subvenções da Câmara municipal.

Durante a época colonial, foram implantadas três Rodas de expostos no Brasil, em suas cidades mais importantes: a primeira em Salvador, logo a seguir outra no Rio de Janeiro e a última em Recife. Todas no século XVIII.

Mas o fenômeno de abandonar

os filhos é tão antigo como a História da colonização brasileira. Só que antes da Roda os meninos abandonados supostamente deveriam ser assistidos pelas Câmaras municipais. Raramente as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados.

Alegavam quase todas falta de recursos. Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabaram por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que a escrava.

Na realidade, a quase totalidade destes pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pelas Rodas, pelas Câmaras ou criados em famílias substitutas sempre fora a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil, em todos os tempos- incluindo neles os escravos, como já tivemos oportunidade de comprovar.<sup>1</sup>

Vendo o fenômeno do abandono de crianças na perspectiva histórica ampla, abrangente, podemos afirmar, sem incorrer em grandes erros que, a maioria das crianças que os pais abandonaram, não foram assistidas por Instituições especializadas. Elas foram acolhidas por famílias substitutas. No entanto, bem entrado neste nosso século, último deste Milênio, os chamados até bem recentemente "filhos de criação" não tinham seus Direitos garantidos pela lei.

Neste trabalho apresentaremos apenas alguns aspectos particulares da História da Assistência à Infância abandonada no Brasil, aquela realizada pela velha Roda dos Expostos.



## A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

Este trabalho insere-se dentro de um Projecto colectivo de Pesquisas interdisciplinares, mais amplo, que elaborei e dirigi durante dez anos (1984-1994) no CEDHAL-Centro de estudos de Demografia Histórica da América Latina, organismo interdepartamental que criamos na Universidade de São Paulo. O Projecto intitulou-se; “Quatro séculos da História Social da Infância no Brasil”. Dele resultaram quase uma centena de trabalhos publicados sob a forma de: livros, artigos, capítulos de obras, comunicações em Reuniões científicas nacionais e internacionais e Teses de Doutorado e Mestrado na USP.

Dentro desse vasto Projecto de investigação, eu mesmo incumbi-me do estudo da História da infância abandonada que contou com a participação de larga equipe de pesquisadores, apoiados pelo CNPq, pela FINEP e pela FAPESP. Com estes auxílios pudemos nos deslocar para várias capitais brasileiras, a cata de dados em seus arquivos e em documentação a mais variada. Estive inúmeras vezes em Salvador, no Rio de Janeiro e em Portugal, buscando e levantando dados de base, para poder construir o edifício trabalhoso de uma obra sobre a “História da Infância Abandonada” que ora estamos concluindo e que constará de dois volumes.

Este projecto da Criança Abandonada na História mereceu o prémio internacional John Simon Guggenheim.

Quero deixar aqui registrada minha imensa gratidão aos nossos agentes financiadores - FINEP, FAPESP, CNPq- ao prémio Guggenheim que tão justificadamente me envaideceu e estimulou, a toda a equipe de alunos -pesquisadores do CEDHAL, ( muitos dos quais são hoje brilhantes professores universitários) que ao desvendarem os segredos dos arquivos das Rodas de Expostos, puderam se inteirar e compartilhar da sorte amarga de grande parte de nossa infância de ontem - enquanto se iniciavam nas técnicas e mistérios da pesquisa

histórica de ponta - compreendendo, com a perspectiva diacrónica, a situação infelizmente ainda trágica de parte substantiva das crianças de nosso país atual.

### AS RODAS DE EXPOSTOS - ORIGENS

As Rodas de Expostos tiveram origem na Idade Média e na Itália.

Elas surgiram particularmente com a aparição das confrarias de caridade, no século XII, que se constituíram num espírito de sociedades de socorros mútuos, para a realização das Obras de Misericórdia, (enunciadas no século anterior) e que eram sete espirituais e sete materiais.<sup>2</sup>

Uma dessas confrarias, a do Santo Espírito nasceu em Montpellier, sul da França (entre 1160 e 1170) fundada pelo Frei Guy, junto ao Hospital, para assistência aos pobres, aos peregrinos, aos doentes e aos expostos.

O Papa Inocêncio III, chocado com o número de bebes encontrados mortos no Tibre, transferiu essa Irmandade para Roma, criando o Hospital de Santa Maria in Saxia (1201- 1204) e nomeando o Frei Guy seu Mestre-Magister commendator (cabeça da Ordem). Nascia assim o primeiro hospital destinado a acolher as crianças abandonadas e assisti-las. Nele foi organizado um sistema institucional de protecção à criança exposta que logo seria copiado nas principais cidades italianas e em toda a Europa. Séculos depois seria exportado para outros continentes.

No Hospital de Roma que recebia pobres, peregrinos doentes e leprosos, entravam os expostos, através de uma “ Roda “, com um pequeno colchão, onde se depositavam os bebes, estando rigorosamente vedado a busca de informações sobre o expositor.

O nome da Roda provem do dispositivo onde se colocavam os bebes que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da institui-

ção. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a Roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou Rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser reconhecido.

A origem desses cilindros rotatórios de madeira vinha dos átrios ou vestibulos de mosteiros e de conventos medievais, usados então, como meio de se enviar objectos, alimentos, mensagens aos seus residentes. Rodava-se o cilindro e as mercadorias iam para o interior da casa, sem que os internos vissem quem as deixou. A finalidade era a de se evitar todo contacto dos religiosos enclausurados com o mundo exterior, garantindo-lhes a vida contemplativa escolhida.

Como os mosteiros medievais recebiam crianças doadas por seus pais, para o serviço de Deus - os chamados oblatos - muitos pais que queriam abandonar um filho, utilizaram a roda dos mosteiros, para nela depositarem o bebê. Esperavam eles que o pequeno, não só teria os cuidados dos monges, como seriam baptizados e poderiam receber uma educação aprimorada (como era o caso do oblato).<sup>3</sup>

Desse uso indevido das rodas dos mosteiros, surgiria o uso da roda para receber expostos, fixada nos muros dos hospitais que foram



## A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

sendo criados a partir dos séculos XII e XIII, para cuidar dos meninos abandonados.

A Confraria do Santo Espírito chegou em Portugal dedicando-se desde sua chegada às obras piedosas: acolher e tratar dos peregrinos e doentes, distribuir sopas aos pobres, enterrar os mortos, visitar prisioneiros, cuidar dos expostos, etc.

As primeiras instituições de assistência directa à criança abandonada, em Portugal, foram criadas através dos esforços conjugados da sociedade, do clero e da Coroa, no momento em que surgiram as confrarias e as corporações de ofícios. A acção decisiva, no início, partiu das mulheres da alta nobreza, infantas e rainhas.

Em 1273, a Rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso II de Castela, sensibilizada com a dramática situação dos bebés órfãos e abandonados, que muitas vezes morriam ao relento, sem assistência e sem baptismo, fundou o Hospital dos meninos órfãos de Lisboa. Erguido na rua da Porta de S. Vicente da Mouraria, o **Ecclesia innocenti Hospitalis puerorum** destinava-se a recolher os expostos e velar pelo seu bem estar físico e moral, preparando-os para ganhar seu próprio sustento, na juventude.

Uma segunda casa para expostos - o Hospital de Santa Maria dos Inocentes de Santarém - surgia em 1321, por iniciativa da Rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis.<sup>4</sup>

Pouco tempo depois, esta mesma Rainha criava em Coimbra a Real Casa dos Expostos.<sup>5</sup>

Mas de todas as iniciativas medievais portuguesas criadas para amparar as crianças que se abandonavam cada vez em maior número, a mais importante e de duração secular foi, sem dúvida, aquela da Confraria da caridade da Piedade, instalada na Sé de Lisboa desde o século XII. Essa confraria foi formada por homens da alta elite que se dedicavam a recolher esmolas para amparar a pobreza e o

sofrimento de toda ordem. Deste primeiro núcleo surgiu, em 1498, por obra do Frei Miguel de Contreras, confessor da Rainha e apoiada pela mesma Rainha D. Leonor de Lancastre, a Irmandade da Misericórdia. Seu primeiro Compromisso foi redigido pelo Frei Contreras onde incluía o amparo à criança exposta.

Po sua vez, em Lisboa mesmo e desde 1492 existia o Hospital de Todos os Santos, montado dentro do modelo de hospitais de Florença, Itália, que atendia também os expostos.

Assim, no início do século XVI havia em Lisboa, duas grandes instituições de assistência aos pequenos abandonados: a Irmandade da Misericórdia e o Hospital de Todos os Santos, ao lado de outras pequeninas instituições remanescentes da época medieval e que logo desapareceram.

Conflitos surgiram entre as duas maiores instituições de Lisboa, nesse mesmo século, cada uma reivindicando o monopólio da assistência aos pequenos desamparados. Para acabar com o problema e estruturar melhor a assistência aos expostos, D. Manuel decretou (1543) que a Confraria da Misericórdia se incumbisse dos expostos que estavam a cargo do Hospital Real de Todos os Santos. A partir de então a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa passou a incorporar em seus compromissos a assistência à infância abandonada e a institucionalizar esse serviço, dentro da melhor forma da assistência caritativa.

A Câmara municipal deveria arcar com a parte substantiva da assistência através de um subsídio anual. Este foi outro ponto de constante atrito, entre a Santa Casa e a Câmara de Lisboa. Em 1635, Filipe III deu um ultimato à Câmara: ou esta assumia inteiramente a responsabilidade sobre todos os expostos de Lisboa, ou deveria auxiliar a Santa Casa com a ajuda anual de 689\$360. A Câmara finalmente acabou por aceitar estes últimos

termos em 1637. Em 1657 uma Casa de Expostos foi fundada em Lisboa, para assistir aos expostos deixados na Roda<sup>6</sup>. Essa sistemática foi seguida por outras Misericórdias do Reino.

A tradição passou para o Brasil quando no século XVIII se reivindicou à Coroa, a permissão de se estabelecer uma primeira Roda de expostos, na cidade de Salvador da Bahia, junto à sua Misericórdia e nos moldes daquela de Lisboa.

Inicialmente foram feitas pressões para que a Santa Casa da Bahia aceitasse estabelecer uma Roda de Expostos. Estas pressões iniciaram-se com o Governador Dom João de Lancastre (1694-1702) e continuaram, anos depois, com o Vice-Rei Vasco Fernandes Cezar de Menezes. As autoridades estavam preocupadas com o crescente fenómeno do abandono de bebés pela cidade de Salvador. O objectivo era o de... "evitar-se o horror e deshumanidade que então praticavam com alguns recém-nascidos, as ingratas e desamorosas mães, desassistindo-os de si, e considerando-as a expor as crianças em varios lugares imundos com a sombra da noite, e de quando amanhecia o dia se achavam mortas, e algumas devoradas pelos cães e outros animais, com lastimoso sentimento da piedade catholica, por se perderem aquelas almas pela falta do Sacramento do bap-



## A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

tismo”, conforme se lê nas atas da Mesa da Santa Casa, quando se rememorava a história da Roda em 1844.<sup>7</sup>

Para convencer o Rei a dar sua permissão para a abertura da Roda da Bahia, o Vice-Rei argumentava em carta a ele dirigida em 1726:...”Como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição dos vícios; destes procede haver tal numero de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas, e muitas em partes, donde a voracidade dos animais as consome”. E afirmava que pediu ao Provedor da Misericórdia que “erigisse uma roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade”.

A Santa Casa acabou aceitando a incumbência desde que o Rei “concorresse com alguma esmola anual de sua fazenda e com o rendimento de um açougue”.<sup>8</sup>

A Roda de Salvador foi aberta então em 1726, ao pé da portaria do Recolhimento das meninas e o Rei sensibilizado com o estado da Santa Casa, sem recursos para atender os expostos, concedeu-lhe em 1731 um “subsídio annual de 400\$000rs, para a criação dessas crianças, sendo 200\$00 pagos pelo rendimento do açougue e 200\$000rs pela Fazenda Pública”.<sup>9</sup>

Na Cidade do Rio de Janeiro foi

instalada a segunda Roda de Expostos do Brasil, em 1738.

Com o aumento da exposição de crianças pelas ruas e casas de família, e as mesmas dificuldades materiais da Câmara para ampara-las, o governador Antônio Paes de Sande enviava petição ao Rei, nos anos finais do século XVII, solicitando providências contra os actos desumanos de se abandonar crianças pelas ruas, onde eram comidas por cães, mortas de frio, fome e sede. O monarca respondia-lhe (1693) favoravelmente atendendo às suas argumentações sobre “a pouca piedade que achaste nesta Capitania com as creanças engeitadas, achando-as muitas mortas ao desamparo, sem que a Misericórdia, nem os officiaes da Câmara os queira recolher, dizendo não terem rendas para os mandar criar”... e ordenava ao Conselho da Câmara que tirasse de seus proventos o necessario para esse serviço<sup>10</sup>. Cartas enérgicas do Rei reiterava à Câmara que cumprisse sua obrigação e dever de cuidar dos expostos. Esta não tinha recursos para tanto e não queria onerar o povo com novos tributos, como escrevia ao Governador: “Por ordens repetidas de S. Magestade e expressa disposição da lei, deve este Senado lançar finta ao povo para criação dos expostos, que por não haver com que alimentem e se pague a quem os crie succede lançarem-nos ao desamparo pelas ruas e logares immundos e serem alguns tragados pelos caens, como se tem visto e examinado...”<sup>11</sup>

Afinal, o governador compadecido com a sorte dos bebes abandonados resolve instalar a Roda de expostos, administrada pela Santa Casa de Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro. Dois filantropos concorreram com legados para viabilizar a obra: Romão de Mattos Duarte (Irmão da Misericórdia), natural da freguesia de S. Romão de Carvalhosa, em Portugal que ofereceu a quantia de 32:000\$000 cruzados em “dinheiro de contado” e Ignacio da Silva Medella que “fez

esmola, doação e traspasso na importância de 10:465\$624 reis”<sup>12</sup>. De 1738 quando foi implantada e até 1821, às vésperas da Independência do país, a Roda de Expostos do Rio de Janeiro recebera 8.713 crianças<sup>13</sup>.

O Senado da Câmara do Rio de Janeiro, por ordem expressa da Rainha D. Maria I (1778) passou a contribuir com a quantia anual de 800\$000 para as despesas com os expostos da Misericórdia.

A terceira e última Roda do período colonial foi instalada na Santa Casa de Misericórdia do Recife, em finais do século XVIII (11/5/1789).

Foi o Governador de Pernambuco, Thomaz Jozé de Mello quem, em carta dirigida ao Conselho Ultramarino de Lisboa, procurava persuadir as autoridades da necessidade de se criar uma Roda e Casa de Expostos, conseguindo a aprovação de seu plano. No primeiro ano de seu funcionamento a Casa “já continha quarenta meninos que tem sido recolhidos, e dados a criar a amas de leite”.<sup>14</sup>

Com a Independência do Brasil continuaram a funcionar as três Rodas coloniais. Da mesma forma vigeram ainda as Ordenações Filipinas, pelas quais toda a assistência aos expostos era obrigação das Câmaras municipais.

No entanto, assistir às crianças abandonadas sempre fora um serviço aceito com relutância pelas Câmaras. Conseguiram estas, fazer passar a lei de 1828, chamada Lei dos Municípios<sup>15</sup>, por onde se abria uma brecha para eximir algumas Câmaras dessa sua pesada e incomoda obrigação. Toda a cidade onde havia uma Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços, para a instalação da Roda e assistência aos enjeitados que recebesse. Nesta parceria, seria a Assembleia Legislativa provincial e não mais a Câmara, quem entraria com um subsídio para auxiliar o trabalho da Misericórdia. De certa forma, estava-se oficializando a



## A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil

Roda de expostos nas Misericórdias e colocando estas a serviço do Estado. Perdia-se assim, o caráter caritativo da assistência, para inaugurar-se sua fase filantrópica, associando-se o público e o particular. Algumas Rodas foram criadas através dessas disposições e por decisão superior.

Ao contrário do que se esperava com a Lei dos Municípios, as Rodas não se multiplicaram tanto. Foram criadas apenas uma dezena delas em algumas poucas capitais de Província ou cidades mais importantes.

Antes dessa lei, no entanto, uma Roda foi instalada na Sta Casa de Misericórdia de S. Paulo (1825).

Por razões difíceis de serem explicadas, a taxa de exposição de crianças na cidade de São Paulo, do início do século XIX era das mais elevadas do Brasil. Entre 1741 a 1845, contamos 3.468 batizados de expostos na cidade de S. Paulo, numa proporção de 15,9% de todos os nascimentos livres do período.<sup>16</sup>

Sensibilizado por esta realidade, o Governador da Capitania de S. Paulo, Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, em sua Memória escrita em 1800 lamentava que “nenhuma providencia se tem dado a respeito dos meninos expostos”. E essa falta de providencias ponderava... “hé causa de muitos infanticidios, que ordinariamente acontecem, mas também de ficar a sociedade privada do bem, que lhe resultaria de os fazer educar, sendo muito poucos os que os mão trato dos particulares a cujas portas são lançados deixa viver”. E reivindicava ao Rei a permissão da abertura de uma Roda e de uma Casa de Expostos, nos moldes da de Lisboa, que sugere, poderia ser instalada na Fazenda de Santana que fora dos Jesuitas.<sup>17</sup>

Igual petição foi renovada pela esposa de outro Governador Geral da Capitania paulista, D. Luisa Catarina Xiber de Horta para a abertura de uma Roda e Casa de expostos em S. Paulo, afim de assis-

tir ao número elevado de crianças enjeitadas na cidade<sup>18</sup>. Mas a Roda ainda não seria autorizada.

[CONTINUA]

### NOTAS

<sup>1</sup> MARCILIO, M. L. Abandoned Children in Brazil: Infant mortality rates in the 19th Century. IN: Seminar on “Child and Infant Mortality in the Past. International Union for the Scientific Study on Population. Committee on Historical Demography. Montreal, Canadá, 1992: 12p. mimeo.

<sup>2</sup> Essas Opera Pietatis eram enumeradas na época sob forma de dois versos mnemônicos: Visito-poto-cibo-redimotego-colligo-condo Consule-carpe-doce-solare- remitte- fer- ora.

Eu visito, sacio, alimento, resgato, visito, curo, enterro.

Aconselho, repreendo, ensino, consolo, perdoo, supporto, rezo.

Cf. VICARE, M. H. La place des oeuvres de Misericordie dans la Pastorale en Pays d’Oc. In: Assistance et Charité. Paris, E. Privat, 1978, p. 21-22. Ver ainda BOSWELL, John The Kindness of strangers. The abandonment of children in Western Europe from late Antiquity to the Renaissance. New York, Panthen Books, 1988.

<sup>3</sup> BIOSWELL, J. op. cit. inclui em seu belo livro um vasto e documentado estudo sobre a Oblation, instituição de doação de filhos pelos pais ao serviço dos Mosteiros, durante a Idade Média.

<sup>4</sup> ALVIM, M. Helena V. B e. Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas. In: Revista de História (Universidade de Lisboa), 1994, 1: 147-166 (p. 160).

<sup>5</sup> RIBEIRO, Victor. A Santa Casa de misericórdia de Lisboa (subsídios para sua História) 1498- 1898.

<sup>6</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755. Berkeley, University of California Press, 1968, p. 297.

<sup>7</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Salvador. Ata da Mesa da S. Casa de Misericórdia da Bahia de 21-7-1844. Livro I, 1834-1846. Est. A, Livro 17.

<sup>8</sup> Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Caixa 34 (não catalogados). 1726. mss.

<sup>9</sup> DAMAZIO, Antonio Joaquim. Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia em 1862... Bahia, Typographia de Camillo, 1865, p. 60.

<sup>10</sup> Apud FAZENDA, Jose Vieira. A Roda

(Casa dos expostos). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXXV, 1903: 153-181 (p. 160).

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 164.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>13</sup> ZARUR, Dahas. Educandário Romão de Mattos Duarte. 3a ed. Rio de Janeiro, s/d 1992, p. 9.

<sup>14</sup> Arquivo Histssórico Ultramarino de Lisboa. Pernambuco. Cx. 83, 11- 5-1789. Ver ainda VENANCIO, Renato P. Casa da Roda: Institution d’Assistance infantile au Brésil (XVIIIe- XIXe siècles). Paris, Université de Paris IV, 1993. Doutorado, mimeo, p. 451.

<sup>15</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828. Parte I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p. 85-86.

<sup>16</sup> MARCILIO, M. Luiza. La Ville de S. Paulo: peuplement et population. 1750-1850. Rouen, Editions de l’Université de Rouen, 1968, p. 183. Ver também em edição nacional. A cidade de S. Paulo. Povoamento e População. 1750-1850. S. Paulo-Pioneira-EDUSP, 1973. )

<sup>17</sup> MENDONÇA, A. M. de M. C. e. Memoria economica- polkítica da Capitania de S. Paulo. 1800. 1a Parte. In: Anais do Museu Paulista, XV, 1961: 81-247 (p. 104 a 106).

<sup>18</sup> MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo (1599? - 1884) S. Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 179

**Este texto, cuja publicação se concluirá no próximo número do nosso Boletim, foi originalmente publicado no Brasil pelo CDAHP - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, no volume “História Social da Infância no Brasil”, organizado por Marcos Cezar de Freitas.**



## Núcleo de Estudos de População e Sociedade **Plano de Actividades para 2000**

**No contexto do contrato com a Fundação Para a Ciência e Tecnologia (FCT), o NEPS elaborou o seu Plano de Actividades para o ano corrente, documento que se publica neste número do Boletim.**

A - Em 2000 as actividades do NEPS prendem-se com o lançamento e o desenvolvimento possível do seu novo projecto-base intitulado *ESPAÇOS RURAIS E URBANOS. Micro-análise de comportamentos demográficos e transferências de população, mobilidade social e dinâmicas culturais (Séculos XVI à Contemporaneidade)*, programado para os próximos 3 anos e que se apresentou para financiamento ao Programa SAPIENS da FCT.

O desenvolvimento possível desse Projecto prende-se com o financiamento ou não do mesmo pelo referido Programa e com as tarefas que se possam implementar no período de tempo em causa (é difícil compartimentar com rigor o trabalho a desenvolver em 2000)

No projecto em causa participam investigadores de outras Unidades da Universidade do Minho e de outras Universidades e estão previstas acções de acompanhamento de dissertações de mestrado e doutoramento.

**INVESTIGADOR RESPONSÁVEL PELO PROJECTO:-** Maria Norberta Amorim, Coordenadora do NEPS.

### **RESUMO DO PROJECTO**

Um pressuposto teórico que a investigação empírica vem pondo em causa é o da estabilidade das populações tradicionais. No Antigo Regime como no Período Contemporâneo, a Mobilidade pode afirmar-se como um importante fenómeno perturbador na evolução demográfica, social e cultural de pequenas e grandes comunidades.

Impõe-se que a Demografia Histórica ultrapasse o nível de paróquias rurais, que avance de forma mais consequente para o estudo do mundo urbano, que aborde a interpenetração entre os dois espaços, tentando uma melhor compreensão dos

crescimentos respectivos à luz de uma análise mais segura das Migrações de curta e longa distância, como dos fenómenos da Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade diferenciais.

Impõe-se que a História Social e a História Cultural aprofundem o seu objecto, encontrando novos e decisivos níveis de análise, ao confluir, com a Demografia Histórica, para a identificação dos residentes nas comunidades rurais e urbanas, acompanhamento dos percursos de vida e reprodução social pela via das genealogias.

Nessa senda, o projecto em epígrafe procura:

Dar uma resposta moderna ao desafio de tratar documentação massiva, digitalizando a informação e organizando bases documentais anotadas a partir dos registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos, abertas ao cruzamento com outras fontes nominativas, aplicando e valorizando o Sistema SEED, para Descoberta de Conhecimento em BDs, desenvolvido no âmbito do Projecto PRAXIS XXI/2/2.1./CHS/685/95

Analisar em longa duração os fenómenos de Nupcialidade, Fecundidade (Nascimentos dentro e fora do casamento e crianças abandonadas) Mobilidade em zonas rurais e urbanas (pequena, média e grande dimensão), para estudar os comportamentos diferenciais que darão sentido à evolução da população portuguesa, alargando a análise à Biodemografia.

Aprofundar o fenómeno da Mobilidade para o Brasil, através de fontes clássicas, portuguesas e brasileiras, e pelo estudo de comunidades brasileiras com idêntica metodologia.

Avançar para o aprofundamento da História da Família e sua reprodução social em espaços rurais e urbanos utilizando os recursos das BDs demográficas em cruzamento com fontes diversas de origem eclesiástica e civil.

Apostar numa renovação da História Social a partir das BDs demográficas, aprofundando as problemá-

ticas das periodizações, observações transversais e observações em longa duração, das categorizações e (re)constituição do social.

Apostar numa nova visão da História Cultural em sentido lato, com novos campos de análise, na convergência com a Demografia Histórica.

Assentando num longo investimento em Demografia Histórica da IR e na convergência interdisciplinar (de Informáticos, Demógrafos, Historiadores, Antropólogos, Geógrafos) em projectos anteriores, potencializa as BDs já disponíveis organizadas pela metodologia de reconstituição de paróquias e avança para a formação de novas BDs referidas a espaços urbanos (mantendo a dinâmica referente a zonas rurais), nomeadamente, Viana do Castelo, Barcelos, Famalicão, Braga, Guimarães, Santarém, Lisboa, Angra do Heroísmo (continuação), Ponta Delgada e ainda a povoações da Íbero-América, seguindo os objectivos referidos.

### **OBJECTIVOS DO PROJECTO**

Digitalização, estruturação e anotação dos registos de baptizados, casamentos e óbitos dos espaços já trabalhados pela metodologia de reconstituição de paróquias, revertendo as antigas BDs para o SEED (Sistema para Estudo da Evolução Demográfica), software desenvolvido no âmbito do projecto PRAXIS XXI/2/2.1./CHS/685/95.

Integração, pela mesma metodologia, no caminho de um banco de dados central, de novas zonas rurais e investimento em zonas urbanas, consolidando trabalho desenvolvido sobre Angra e Guimarães e (segundo interesses dos investigadores, autarquias e DRC dos Açores) avanço para outras zonas urbanas- Viana do Castelo, Barcelos, Famalicão, Lisboa anterior a 1755, Santarém e Ponta Delgada. Extensão ao Brasil e ao México para internacionalização da metodologia.

Análise nas BDs da evolução e interacção dos comportamentos demográficos, investindo particularmente no estudo das transferências de população entre zonas rurais

## Plano de Actividades do NEPS

e urbanas e entre Portugal e as Américas.

Avanço no campo da Biodemografia (concelho da Madalena-Pico).

Busca de um novo nível de análise em História da Família, História Social e História Cultural, explorando as BDs de indivíduos, em cadeia genealógica, em cruzamento com outras fontes nominativas, tratadas por diferentes especialistas da análise histórica, por antropólogos e geógrafos.

### DESCRIÇÃO DO PROJECTO - PLANO GERAL

### DESIGNAÇÃO DAS TAREFAS

Incluem-se cinco tarefas fundamentais, com algumas sub-tarefas. Uma primeira tarefa de desenvolvimentos informáticos, uma segunda de reconstituição de paróquias a partir dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, uma terceira de levantamento e tratamento de outras fontes nominativas, uma quarta de levantamento de informação estatística e inquéritos, tendentes umas e outras ao enriquecimento das BDs e ao diálogo interdisciplinar para terminar num esforço de síntese por investigador e por equipas.

Desenvolvimentos Informáticos - equipa do Departamento de Informática da Universidade do Minho coordenada por Pedro Rangel Henriques

### 1. RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS

#### INVESTIGADORES INTERVENIENTES:

Maria Norberta Amorim, como investigadora e coordenadora, em estreita ligação com a equipa de Informáticos coordenada por Pedro Rangel Henriques, em esforço conjunto de orientação e/ou apoio à formação avançada. Participam os mestrandos, Helder Almeida, Paulo Oliveira Barros, Alice Maria Bonifácio, Ainda Carvalho, Luís Carvalho, João Carlos Castro, Maria Celeste Castro, Maria Isabel Correia, Alice Costa, Maria Venília Costa, Maria Luísa Gonçalves, Fábria Maria Raposo, Maria do Rosário Vieira, Matilde Salgado, Isabel Paulos, Maria Manuela Santos, Manuel Marinho, Manuel Pinho, Maria Elisabete Neves, João

Carlos Castro, Paulo Lopes Matos, Moisés Soares, Maria Madalena Silva, Lúcia Oliveira, Maria Cláudia Monteiro, Cândido Juncal, Fernando Lacerda; Maria Glória Santos; os Mestres em projectos de formação pessoal: Inês Faria, José Faustino, Fernando Miranda, Palmira Gomes, Rosa Marques, Mário Coelho de Lima, Alberto Oliveira, João Antero Ferreira, Hermenegildo Almeida, Maria Manuela Ventura, Odete Leite, Susete Pires; os Mestres em fase de definição de projectos de doutoramento: Francisco Messias Ferreira e Anabela Godinho; os doutorandos: Maria Hermínia Mesquita, Carlota Santos, Miguel Monteiro e Maria Hermínia Barbosa.

#### RESULTADOS ESPERADOS:

Alargamento das BDs a novas zonas rurais e a zonas urbanas no caminho de uma BD central de interesse dos investigadores e acessível ao homem comum; internacionalização da metodologia, contribuição para a formação avançada a nível de mestrados e doutoramentos.

Anexam-se dois mapas. O primeiro com a identificação das paróquias das quais se dispõe de resultados em planos diversos da investigação científica e o segundo a incluir a malha pretendida no final do Projecto.

Distinguem-se nesta tarefa duas sub-tarefas:

1.1. Digitalização e anotação da informação dos registos de baptizados, casamentos e óbitos:

a) Como primeira etapa da reconstituição das novas paróquias a estudar.

b) Em paróquias já reconstituídas ou em vias de reconstituição com vista a prosseguir no caminho do aperfeiçoamento das BDs (uma BD deste tipo fica aberta a aperfeiçoamento contínuo) e divulgação a esse nível (se entendida conveniente) a uma público mais vasto, via internet.

1.2. Implementação do SEED.( sistema para Descoberta de Conhecimento em BDs, desenvolvido no âmbito do Projecto PRAXIS XXI/2/

2.1./CHS/685/95)

a) Nas novas paróquias a estudar.  
b) Integração no sistema das antigas BDs no caminho de uma BD central.

Recursos decorrentes dos protocolos com instituições participantes:  
DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA (Açores)- um técnico superior.

CÂMARA MUNICIPAL DE FAMILIÇÃO – um técnico superior e um tarefeiro.

GABINETE DE ESTUDOS OLISSIPONENSES – dois técnicos superiores.

#### RECURSOS HUMANOS PRETENDIDOS:

Cinco bolseiros de introdução à investigação científica para apoio ao trabalho de formação das BDs.

#### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO:

Um operador de Informática para digitalização da informação paroquial.

Dois tarefeiros para introdução de dados no computador.

CONSULTOR –Manuel Ardit (Universidade de Valência)

#### OUTRAS DESPESAS CORRENTES:

Despesas de microfilmagem/reprodução de microfílm de registos paroquiais, alimentação dos leitores/reprodutores de micro-filmes, consumíveis em papel e suportes informáticos-

### 2. LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DE OUTRAS FONTES NOMINATIVAS

#### INVESTIGADORES INTERVENIENTES:

O levantamento e tratamento de outras fontes nominativas para cruzamento com as BDs demográficas é tarefa tanto dos historiadores demógrafos, como dos investigadores de outras ciências sociais ligados ao Projecto.

Grande parte dos projectos académicos de mestrado de investigadores do Projecto tem como objectivo a análise demográfica, a partir da reconstituição de paróquias rurais, em cruzamento com outras fontes eventualmente disponíveis, como róis de confessados. Fontes mais específicas como testamentos, inventários orfanológicos, listas fiscais, recenseamentos eleitorais, livros de visitas e devassas, processos da Inquirição, estatísticas de produções

## Plano de Actividades do NEPS

e consumos, listas de sindicatos, nomeações de professores, entre outras, são abordadas em alguns casos por mestrandos no sentido de análises sócio-culturais (Casos de Odete Paiva, Maria Glória Santos, Maria Celeste Castro, Fábila Raposo, Mário Lima, Alberto Oliveira, João Antero Ferreira, Maria Manuela Ventura, Maria Luísa Gonçalves, Matilde Delgado, Manuel Pinho, Maria Madalena Silva, Alice Bonifácio, Aínda Carvalho, Fernando Lacerda, Manuel Jorge Inácio, Maria João Martins, Miguel Martins, Maria Elisabete Pinto, Carlos Prada de Oliveira, Maria da Conceição Salgado, Ramiro Romão, António Tavares, Manuel Alexandre Solla, Artur Madeira). No entanto, são os planos de formação pessoal dos mestres e os planos de doutoramento que abordam essencialmente os espaços urbanos ou levam mais longe o levantamento, tratamento e cruzamento de fontes diversas no sentido do aprofundamento de problemáticas mais definidas, a cobrir temas de Demografia Histórica, Biodemografia, História da Família, História Social e de História Cultural (Sérgio Luíz Ferreira, Manuel Artur Norton, Mário Lames, Maria Hermínia Barbosa, Carlota Santos, Miguel Monteiro, Fernando Miranda, Palmira Gomes, António Amaro das Neves, Rui Maia, Maria Hermínia Mesquita, Francisco Messias, José Faustino, Otilia Lage, José Damião Rodrigues, Alberto Correia, Margarida Durães)

Investigadores doutorados isolados ou em equipa, independentemente de corresponderem aos desafios da própria dinâmica do Projecto, intervêm nesta tarefa: Maria Norberta Amorim, Justino Magalhães, Maria Augusta Lima, Gilberta Rocha, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Maria de Fátima Sequeira Dias e João Cosme.

Além dos investigadores identificados, a equipa de formadores dos mestrandos e doutorandos alarga-se a António Franquelim Neiva Soares, Luís Polanah, Rosa Fernanda Moreira da Silva, Elvira Mea Jorge Fernandes Alves, Augusto Abade, Magda Pinheiro.

### RESULTADOS ESPERADOS:

Enriquecimento das BDs demográficas por cruzamento com outras fontes nominativas como base para aprofundamento da História das Populações, das Mobilidades geográfica e social e das dinâmicas culturais em longa duração, a partir de sub-tarefas específicas com resultados expressos nas próprias BDs e em publicações.

Sub-tarefas com intervenção de doutorados ou investigadores em fase de conclusão de doutoramento:

2.1. A investigadora responsável projecta o levantamento das fontes nominativas disponíveis nos cartórios paroquiais, nos arquivos concelhios e distritais referentes à freguesia de Ribeiras, Lajes do Pico (em equipa com Justino Magalhães), da própria vila das Lajes, que lhe fica contígua, e ao Couto do Mosteiro, Santa Comba Dão (em equipa com Alberto Correia), perseguindo os objectivos globais do Projecto.

2.2. Odete Paiva e José Manuel Lages em a componente portuguesa do sub-projecto As duas faces da Emigração para o Brasil: os Bem Sucedidos e os Outros, liderado pela investigadora brasileira do NEPS Ana Sílvia Scott, incidirão a sua análise sobre um espaço geográfico de partida e outro de destino. Será localizada, levantada, normalizada e sistematizada a informação pertinente e referente aos emigrantes portugueses originários do concelho de Vila Nova de Famalicão. Na vertente brasileira tratar-se-ão os imigrantes portugueses desembarcados e acolhidos na Hospedaria dos Imigrantes em S. Paulo (Núcleos Coloniais/1827-1910). Ainda em S. Paulo será tratada a documentação pertinente da Inspectoria de Imigração no Porto de Santos (1907-1976) e outra documentação do Museu da Imigração e no Arquivo Público do Estado de S. Paulo (as sub-tarefas de fontes brasileiras não são contabilizadas neste Projecto).

2.3. No quadro específico das mobilidades nos espaços ultramarinos, Maria Augusta Lima Cruz pretende

estudar o processo que, na sequência do abandono da praça de Mazagão (actual El Jadida) em 1769, levou à evacuação dos habitantes desta localidade marroquina e a sua transferência forçada para a Amazônia, onde fundaram Vila Nova de Mazagão (1771). Cruzando fontes sobre esta emigração forçada, de que se destacam as listas nominativas dos evacuados, com a documentação sobre a da política pombalina de criação de novas populações no norte amazónico e sobre o processo de fixação em novas terras dos colonos de origem marroquina, procurará reconstituir percursos individuais, familiares e colectivos e analisar a evolução/mutação dos comportamentos no âmbito da mobilidade entre espaços coloniais e modelos de expansão ultramarina diferenciados.

2.4. Gilberta Rocha, Avelino de Freitas de Meneses e Artur Madeira, pretendem estudar os fluxos migratórios, relacionado-os com as conjunturas políticas e económicas relativamente a Ponta Delgada. Numa ligação muito estrita com as BDs demográficas, proceder-se-á ao cruzamento com outras fontes nominativas – róis de confessados e registos de passaporte.

2.5. Para Ponta Delgada, serão trabalhados róis de confessados, genealogias locais e fontes monásticas, notariais (livros de notas, testamentos), judiciais e camarárias por José Damião Rodrigues, pretendendo apreender a configuração dominante da família urbana nos Açores nos séculos XVI a XVIII e qual o conjunto de modelos familiares que coexistem nesse período. De igual modo, é objectivo deste estudo perceber quais as linhas de força da transmissão patrimonial em estreita articulação com a organização familiar e as estratégias sucessórias e qual a conexão com as relações de parentesco e a estrutura social.

No sentido de aprofundar as crises da evolução em longa duração registadas no seio dos grupos domésticos rurais, Margarida Durães pretende analisar fontes relativas a empréstimos de dinheiro, gado a ganho, fluxos comerciais nas regi-

## Plano de Actividades do NEPS

ões fronteiriças, mercado fundiário, heranças, mercados matrimoniais e emigração, incidindo sobre uma família instalada no lugar de Moinhos, concelho de Melgaço, em 1837. As outras fontes históricas pertinentes passam por escrituras notariais, registos fiscais, livros de ordenança, listas eleitorais, listas das cônjugas, matriz e registo predial, inventário orfanológico, testamentos, escrituras de partilha, passaportes, correspondência particular, livros de razão e contabilidade.

2.6. José Guilherme Reis Leite em relação à cidade de Angra tratará as fontes nominativas do Arquivo Local tendentes a análises sócio-culturais e de poder para o século XVIII, em cruzamento com as BDs demográficas.

2.7. Maria de Fátima Sequeira Dias, incidirá sobre o levantamento sistemático dos registos notariais da comarca de Ponta Delgada, entre 1800 e o advento da República (cerca de meia centena de notários e quase um milhão de livros), permitindo preservar o espólio arquivístico, porquanto a elaboração de uma base de dados de notários, localidades, nomes, datas e de assuntos permitirá a sua consulta aos investigadores, dispensando, doravante, o recurso directo à fonte primária. Além dos registos notariais tratará complementarmente inventários orfanológicos relativos às famílias terratenentes, aos estrangeiros e à burguesia emergente – grupos privilegiados no estudo das elites que se pretendem realizar.

2.8. João Cosme, em relação a Lisboa pré-pombalina, levantará informação da Torre do Tombo relativa à Inquisição, livros de autos de fé, correspondência de culpados, livros de denúncias, livros do Promotor, habilitações, processos, reservados, visitas, em articulação com as BDs demográficas e ligação com Maria Elvira Mea.

### RECURSOS HUMANOS SOLICITADOS:

Um assistente de investigação para levantamento de fontes na Torre do Tombo a servir diferentes sub-tarefas.

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO:

Um tarefeiro para introdução de dados no computador.

### OUTRAS DESPESAS CORRENTES:

Despesas de microfilmagem/reprodução de microfímes, alimentação dos leitores/reprodutores de micro-fímes, consumíveis em papel e suportes informáticos.

### 3. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INQUÉRITOS

O levantamento de informação estatística percorre, em complementaridade, os projectos pessoais dos investigadores que se debruçam sobre problemáticas dos finais do Antigo Regime e período contemporâneo. Do mesmo modo, o recurso à história oral impõe-se no aprofundamento da problemática da transição demográfica comparada, no aprofundamento de fenómenos de Mobilidade, como nas abordagens sócio-culturais para o século XX.

Distinguímos quatro investigadores que se debruçam exclusivamente sobre o século XX, usando fontes e metodologias mais específicas, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia Social: Paula Cristina Remoaldo, Elza Carvalho, Otilia Lage e Antonieta Costa.

### RESULTADOS ESPERADOS:

Aprofundamento micro-analítico de ritmos evolutivos da Demografia, da Sociedade e da Cultura do século XX pela conexão entre o trabalho dos investigadores desta tarefa e o trabalho dos historiadores que analisam os séculos precedentes.

Nesta tarefa distinguímos quatro sub-tarefas:

No sentido do aprofundamento da problemática da evolução da fecundidade e da mortalidade infantil no século XX, em seguimento às análises de séculos anteriores, Paula Cristina Remoaldo, com metodologias de geógrafa, tratará as publicações pertinentes do Instituto Nacional de Estatística, realizará inquéritos por entrevista a mulheres em paróquias reconstituídas pela IR (freguesias da ilha do Pico – Ribeiras e Lajes; freguesias do concelho de Santa Comba Dão – Couto do Mos-

teiro e S: Joaninho e zona urbana de Guimarães).

Elza Carvalho, com metodologias de geógrafa, tratará as Dinâmicas Agrárias e Migratórias em Territórios de Fronteira. O Vale do Lima, envolvendo inquéritos casa a casa em paróquias portuguesas e espanholas.

Otilia Lage, recorrendo a recursos da História, Antropologia e Sociologia abordará mobilidade social e actores de fronteira: espaços urbanos e (re)construção de ruralidade (histórias de vida e trajectórias), com cruzamento de fontes escritas e trabalho no terreno (entrevistas e observação participante).

Antonieta Costa, com recursos de Psicologia Social, aplicar-se-á sobre a paróquia das Ribeiras do Pico (reconstituída pela IR e por Manuel Cardoso), onde a interacção social entre os membros da comunidade foi, hipoteticamente simétrica, no estabelecimento, continuidade e mudança das normas sociais. Possivelmente devido ao isolamento do lugar, a população foi (aparentemente), levada a criar uma comunidade onde a igualdade de direitos e deveres funcionou eficientemente durante centúrias. Testará a validade da hipótese para definir nova linha de investigação.

### 4. ESFORÇO DE SÍNTESE

Um esforço de síntese decorrerá do diálogo interdisciplinar e do cruzamento de fontes.

A par de estudos específicos sobre as BDs no âmbito da especialização dos membros da equipa, em Informática, Demografia Histórica, Demografia Contemporânea, Biodemografia, História da Família, História Social ou História Cultural, o esforço de síntese desenvolver-se-á em vertentes fundamentais:

Esforço para tornar amigáveis e operativos os desenvolvimentos informáticos à comunidade de cientistas sociais;

Desenvolvimento de um novo modelo de estudo de comunidade com base na Demografia Histórica (comunidades rurais, em seguimento e aprofundamento da proposta anteriormente expressa em Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em

Tese defendida

**“A Comunidade Cristã-Nova de Vila Nova de Foz Côa  
Rupturas e Continuidades - Séculos XVII-XVIII”,  
de Aida Maria Oliveira Carvalho**

No passado dia 29 de Setembro, na Sala de actos, da Universidade do Minho, em Guimarães, reuniu o Júri para apreciar a dissertação apresentada pela Licenciada **Aida Maria Oliveira Carvalho** intitulada **A Comunidade Cristã-Nova de Vila Nova de Foz Côa - Rupturas e Continuidades Séculos XVII - XVIII**. Estiveram presentes a Doutora Maria Augusta Lima Cruz, Professora Associada c/Agregação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim, Professora Catedrática do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Doutora Elvira Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutora Maria Teresa Rodrigues, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa; Doutor António Franquelim Neiva Soares, Professor Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Aberta a sessão sob a presidência da Doutora Maria Augusta Lima Cruz e depois de verificado, por parte do Júri, que o candidato presente obtivera já a aprovação em todas as disciplinas curriculares do plano de estudo do Curso, procedeu-se à discussão em prova pública da dissertação de Mestrado, tendo sido arguente principal a Doutora Maria Teresa Rodrigues.

Concluída a discussão, o Júri reuniu para apreciação da prova e classificação do candidato.

Tomando em consideração os resultados obtidos pelo candidato nas disciplinas do plano de estudo do Curso, as provas durante a discussão da dissertação e o parecer elaborado pelo arguente, que faz parte integrante da presente acta, o Júri deliberou por unanimidade considerar o candidato **Aprovado** com a classificação de **MUITO BOM**. •

Um texto de Carlos Prada de Oliveira

**“O Concelho de Vimioso e o  
terramoto de 1755: o inquérito  
paroquial de 1756”**

Acaba de ser publicado, na revista ILGVSELO, um trabalho do membro do NEPS Carlos Prada de Oliveira intitulado *O Concelho de Vimioso e o terramoto de 1755: o inquérito paroquial de 1756*. No artigo, o investigador transcreve os resultados do inquérito ordenado aos párocos em 20 de Janeiro de 1756, procurando “saber-se das consequências materiais e humanas resultantes da catástrofe” que atingiu Portugal no dia 1 de Novembro de 1755. O forte terramoto abalou parte de Portugal, “tendo-se sentido com particular violência em Lisboa e no Algarve”.

O inquérito de 1756 manteve-se durante muitos anos inédito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, até que neste século começou a ser utilizado como fonte para estudos de diversa índole científica, embora a sua documentação permaneça inédita quase na totalidade. No que diz respeito ao distrito de Bragança, Carlos Prada de Oliveira constatou essa lacuna e apresenta as informações fornecidas pelos párocos do concelho de Vimioso. •

**Plano de Actividades do NEPS**

S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade), NEPS/ICS, 1999, da autoria da IR e de Alberto Correia, e comunidades urbanas);

Análises comparativas da evolução multissecular de comportamentos demográficos e sócio-culturais, rurais e urbanos, com investimento particular no estudo da Mobilidade geográfica e social (migrações de curta e média distância, Emigração e Retorno, reprodução social e oportunidades de mudança por acesso à riqueza e/ou bens culturais)

CONSULTORES – Professores António José Fernandes (Universidade do Porto); António de Oliveira (Univer-

sidade de Coimbra); David Reher e Vicente Pérez Moreda (Universidade Complutense de Madrid), José Manuel Pérez Garcia (Universidade de Vigo); Maria Luíza Marcílio (Universidade de S. Paulo/Brasil).

B- A criação de novos cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo a funcionar no Pólo de Guimarães da Universidade do Minho sob a direcção da Coordenadora do NEPS abre novas perspectivas ao Núcleo de desenvolvimento de uma **linha de acção** nesse enquadramento científico.

*Nota:* Não incluímos os pareceres da Comissão de Acompanhamento da Unidade, na medida em que não dis-

pusemos de cabimento orçamental para suportar uma reunião com todos os seus membros (Maria Luíza Marcílio, um dos cientistas da Comissão, é residente no Brasil).

No entanto, por ocasião das I Jornadas do NEPS foi evidenciado por alguns membros dessa Comissão o apreço pelo trabalho desenvolvido, apreço expresso no convite feito por David Reher, Presidente da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH) de publicação em *Monografias ADEH* dos trabalhos das equipas que trataram a *Demografia Histórica em Portugal – Séc. XVI a XX*. •

**II Jornadas do Neps, 1 a 3 de Fevereiro de 2001****TURISMO CULTURAL  
RECURSOS E DESAFIOS**

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade está a organizar as II Jornadas. Desta vez, o encontro pretende reunir investigadores, técnicos e estudantes interessados na reflexão e debate das questões associadas à problemática do turismo cultural, procurando conciliar diferentes recursos na valorização turística de determinada região.

Ao promover este evento, a Comissão Organizadora, além de dar continuidade ao trabalho que está a ser implementado por alunos e docentes envolvidos nos Cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo, tenciona revelar potencialidades existentes no concelho de Guimarães que poderão contribuir para a dinamização da oferta turística.

Em Portugal, a política e estratégia de comunicação do desenvolvimento turístico estão sobretudo orientadas para a divulgação das regiões do Algarve, Madeira e Lisboa, embora recentemente estejam a ser incrementadas iniciativas para a promoção de uma marca Norte de Portugal, na qual o destino e os produtos turísticos a valorizar no Ave devem encontrar um espaço de representatividade e de defesa de interesses e de oportunidades de comercialização.

Neste contexto, o programa das II Jornadas do NEPS irá privilegiar o contacto com a realidade de turística do Vale do Ave, tentando explorar a integração de diferentes recursos existentes na confluência dos concelhos de Guimarães, Braga e Póvoa de Lanhoso. •

**PROGRAMA PROVISÓRIO****DIA 1 DE FEVEREIRO**  
*Turismo cultural: a importância  
da valorização  
dos recursos locais*

Apresentação de comunicações  
Dia 2 de Fevereiro

Visitas guiadas à Zona de Briteiros e vila das Taipas, abrangendo diferentes domínios: arqueologia, valorização dos recursos locais, Rota do Vinho Verde e termalismo.

**DIA 3 DE FEVEREIRO**  
*Perspectivas e recursos para a  
afirmação  
do turismo cultural*  
Mesa Redonda**COMUNICAÇÕES**

Data limite para inscrição:  
**5 DE NOVEMBRO DE 2000**  
Data limite para envio de comunicações:  
**5 DE JANEIRO DE 2001**

**BIBLIOTECA DO NEPS****NOVAS AQUISIÇÕES**

**LE BRAS, Hervé** – *Essai de Géométrie Sociale*. Paris: Editions Odile Jacob, 2000

O autor, demógrafo, director de estudos na Escola de altos estudos em ciências sociais de Paris e autor designadamente da obra *Les Trois France*, apresenta nos neste seu importante ensaio de edição recente, que organiza em 300 páginas e 12 capítulos sugestivamente intitulados: “as estruturas elementares do povoamento” (cap. I) , “as divisões do território” (cap. III) “as leis do movimento” (cap. IV) “Os jogos de sorte e do casamento” (cap. VII), “ formas e proporções na Atlântida” (cap. IX) “Os labirintos de Kafka” (cap. XII), uma “*geometria social aqui representada nos seus fundamentos ( ruptura de simetrias, fractais, fracções contínuas ) nas suas representações ( mitos platónicos, utopias urbanas, romances de Kafka ) e nos seus objectos (casamentos, invasões, migrações)*”.

Trata-se de uma obra que apresenta um sólido e profundo conjun-

to de propostas renovadoras do campo dos estudos demográficos e que é já considerada como “*um manifesto para as ciências sociais que se dizem em crise num momento em que não terão sido nunca tão eficazes contra os preconceitos que alimentam as nossas crenças*”.

**BABELON, J. – P. et A. CHASTEL** – *La notion de patrimoine*. Paris: Ed.Liana Levi, c. 1994

“*O património, no sentido em que hoje se entende na linguagem oficial e no senso comum, é uma noção recente que cobre de modo necessariamente vago todos os bens, todos os “tesouros” do passado*”. Assim se inicia esta obra (de pequeno formato com 141 páginas e um conjunto de gravuras a preto e branco, fora de texto) onde os autores J.P.Babelon e André Chastel, conhecido historiador da arte do Renascimento italiano e ex professor da Sorbonne e Colégio de França, recentemente desaparecido –desenvolvem um ensaio de referência para o conhecimento do processo de construção histórico social da definição actual da noção

de património nos seus múltiplos significados. Realidade complexa, constituída por um certo número de camadas sobrepostas que importa distinguir, a noção de património é aqui analisada numa perspectiva histórica seguindo seis momentos ou seus constituintes essenciais: o facto religioso, o facto monárquico, o facto familiar, o facto nacional, o facto administrativo, e o facto científico.

Inspirando-se em André Leroi-Gourhan, designadamente no que concerne ao sentido do sagrado de que são investidos certos objectos, lugares e bens materiais libertos da utilidade imediata, em todas as sociedades, esta obra procura evidenciar, através de citações e encadeamentos com a ajuda de textos e referências históricas conhecidas ou esquecidas, como no termo de uma longa e caótica história do domínio, bens e sensibilidade francesa relativamente ao passado, se foi constituindo a noção de património, em sua recente acepção articulada com o Turismo - essa nova realidade histórico social do pós-guerra. •

M. Otília P. Lage

**■ NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE ■ FICHA DE INSCRIÇÃO ■**

IDENTIFICAÇÃO									
Nome							Data de Nascimento		
Endereço									
Telefone			Fax			E-mail			
Naturalidade									
BI n.º		Data / /		Arquivo		N.º Contribuinte			
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS									
Doutor	Doutorando	Mestre	Mestrando	Licenciado	Estudante				
Cursos [indicar instituições e anos de conclusão]									
ACTIVIDADE PROFISSIONAL									
Profissão									
Instituição									
Endereço									
Telefone			Fax			E-mail			
INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO									
Fontes		Análise demográfica			Reconstituição de Paróquias				
Registos paroquiais ou de estado civil		Outra documentação paroquial			Documentação fiscal				
Passaportes		Dotes			Testamentos				
Doações		Outra documentação notarial			Cruzamento de fontes diversas				
Migrações		História da família			Genealogias				
História da criança abandonada		Análise social			História da alfabetização				
Outros									
Data		Assinatura							
Depois de preenchida, esta ficha deverá ser remetida ao Neps, juntamente com uma cópia do currículo do investigador.									

**NEPS ♦ FICHA DE ACTUALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA ♦ NEPS**

Autor:									
Título:									
Publicado		Policopiado			Inédito				
Artigo		Livro		Dissertação			Trabalho académico		
Editor					Ano de edição				
Local de edição					N.º de páginas				
Revista					N.º/ano		Páginas /		
Se se tratar de uma comunicação apresentada em encontro científico, indique a identificação completa do evento (título/temática/secção onde o trabalho foi apresentado; entidade organizadora; local e data de realização):									
Resumo									

**Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo.**

## EDIÇÕES DO NEPS - TÍTULOS DISPONÍVEIS

**AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto**, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

**CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de**, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

**FARIA, Inês Martins de**, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

**GOMES, Maria Palmira Silva**, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

**MACIEL, Maria de Jesus**, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00]

**SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos**, *Santiago de Ro-marigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura – Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]

**SCOTT, Ana Sílvia Volpi**, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

### Boletim Informativo n.º 15 n.º Setembro de 2000

PUBLICAÇÃO DO:  
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE  
**Instituto de Ciências Sociais**  
**Universidade do Minho**  
**Pólo de Azurém**  
**Guimarães**

DIRECTORA:  
**Maria Norberta Amorim**

EDITOR:  
**António Amaro das Neves**

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:  
**Elisabete Pinto**

COLABORADORES DESTA NÚMERO:  
**Antero Ferreira, Antonieta Costa, Maria Norberta Amorim, António Amaro das Neves, Elisabete Pinto, Otilia Lage**

SECRETARIADO:  
**Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva, Sónia Fernandes, Sérgio Castro, Vítor Oliveira**

DEPÓSITO LEGAL  
n.º 125306/98

**Núcleo de Estudos de População e Sociedade**  
Universidade do Minho, Pólo de Azurém ♦ 4800-058 Guimarães  
Telefone/Fax 253510187 ♦ e-mail: [neps@eng.uminho.pt](mailto:neps@eng.uminho.pt)

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

**Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.**



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.